

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua integra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Ministério da Fazenda - Comissão de Valores Mobiliários

[Instrução 505, de 27 de setembro de 2011](#)

“Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários”.

Fonte: CNI

[Instrução 506, de 27 de setembro de 2011](#)

“Altera a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999. Revoga o art. 12 da Instrução CVM nº 14, de 17 de outubro de 1980”.

Fonte: CNI

[Retificação na Instrução CVM nº 506, de 27 de setembro de 2011](#)

Na Instrução CVM nº 506, de 27 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 28/09/2011, Seção 1, páginas 15 e 16, onde se lê:

"Art. 1º Os §§ 1º a 4º do art. 3º da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:"

Leia-se:

"Art. 1º O art. 3º da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 544, de 29 de setembro de 2011](#)

Nº 37- ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 03 de outubro de 2011

“Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências”.

Fonte: CNI

[Medida Provisória 545, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

[Medida Provisória 546, de 29 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 405, de 26 de setembro de 2011.](#)

Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4645.

Fonte: CNI

Ministério de Minas e Energia - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Resolução 51, de 29 de setembro de 2011.](#)

Regulamenta o registro de autoprodutor e autoimportador, previsto no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010.

Fonte: CNI

[Resolução 52, de 29 de setembro de 2011.](#)

O objeto da presente Resolução é regulamentar: a autorização da prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União; o registro de agente vendedor, previsto no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010; e o registro de contratos de compra e venda de gás natural.

Fonte: CNI

Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação

[Resolução CZPE 6, de 28 de setembro de 2011](#)

“Altera a Resolução CZPE nº 01, de 26 de maio de 2010, que dispõe sobre a Orientação Superior da Política das Zonas de Processamento de Exportação”.

Fonte: CNI

Secretaria de Comércio e Serviços - Departamento Nacional de Registro do Comércio

[Instrução Normativa 114, de 30 de setembro de 2011](#)

“Aprova o quadro enumerativo dos atos empresariais sujeitos à aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais para registro nas Juntas Comerciais e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Comércio Exterior

Ministério das Relações Exteriores - Secretaria-geral das Relações Exteriores - Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior - Departamento de Imigração Assuntos Jurídicos - Divisão de Atos Internacionais

[Acordo de Comércio e Cooperação Econômica](#)

Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América.

Fonte: CNI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio Exterior

[Circular 47, de 23 de setembro de 2011](#)

De acordo com o item 8 do Anexo da Resolução CAMEX nº 85, de 2010, alterada pela Resolução CAMEX nº 66, de 2011, o preço de referência do México deverá ser recalculado trimestralmente, tomando-se por base a média das cotações ICIS-LOR (Independent Commodity Information Service - London Oil Reports) do último mês desse trimestre, no caso, o mês de agosto de 2011.

Fonte: CNI

[Portaria 32, de 21 de setembro de 2011](#)

“Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011”.

Fonte: CNI

[Portaria 34, de 23 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre procedimentos relativos à emissão de provas de origem no âmbito do Sistema Geral de Preferência”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto de 26 de setembro de 2011](#)

“Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital de instituição financeira a ser constituída pelo The Royal Bank of Scotland, PLC”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior[Retificação](#)

Retificação no art. 1º da Resolução CAMEX nº 68, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 14 a 24.

Fonte: CNI

Ministério das Relações Exteriores - Secretaria-Geral das Relações Exteriores - Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior - Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos - Divisão de Atos Internacionais[Memorando de Entendimento](#)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação no contexto de grandes eventos internacionais.

Fonte: CNI

[Troca de Notas](#)

Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República Federal da Alemanha confirmando reciprocidade de tratamento tributário referente a rendimentos auferidos por governos estrangeiros.

Fonte: CNI

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República[Mensagem 409, de 29 de setembro de 2011.](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

Fonte: CNI

[Mensagem 410, de 29 de setembro de 2011.](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.

Fonte: CNI

[Mensagem 412, de 29 de setembro de 2011.](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Fonte: CNI

Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Retificação da Resolução CAMEX nº 69, de 20 de setembro de 2011](#)

Retificação Nos incisos I e II do art. 2º da Resolução CAMEX nº 69, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 24 e 25.

Fonte: CNI

Atos do Congresso Nacional

[Decreto Legislativo 298, de 2011\(*\)](#)

“Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010”. (*) O texto do Acordo de Previdência Social acima citado está publicado no DSF de 06.08.2011.

Fonte: CNI

[Decreto Legislativo 299, de 2011\(*\)](#)

“Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação,

celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009”. (*) O texto do Acordo de Cooperação acima citado está publicado no DSF de 06.08.2011.

Fonte: CNI

Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

[Portaria 759, de 23 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre o Grupo de Trabalho de Assessoramento Interno de Propriedade Intelectual - GTA-PI, criado no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.”

Fonte: CNI

Micro e Pequena Empresa

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

[Resolução 675, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera a Resolução nº 287, de 23 de julho de 2002, alterada pela Resolução nº 328, de 25 de junho de 2003, que dispõe sobre o PROGER Urbano Micro e Pequena Empresa”.

Fonte: CNI

Política Agroindustrial

Ministério da Fazenda - Banco Central do Brasil

[Resolução 4.017, de 29 de setembro de 2011](#)

“Atualiza o Manual de Crédito Rural (MCR) quanto a normas específicas do Proagro Mais”.

Fonte: CNI

Política Industrial

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Instituto Nacional do Seguro Social

[Resolução 5, de 28 de setembro de 2011](#)

“Estabelece os requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais nas Zonas de Processamento de Exportação – ZPE”.

Fonte: CNI

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

[Portaria 377, de 29 de setembro de 2011](#)

Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves, disponibilizados no site www.inmetro.gov.br.

Fonte: CNI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Gabinete do Ministro

[Portaria Interministerial 245, de 30 de setembro de 2011](#)

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 221, de 9 de novembro de 2010.

Fonte: CNI

Infraestrutura

Ministério das Cidades - Gabinete do Ministro

[Instrução Normativa 34, de 28 de setembro de 2011](#)

“Regulamenta a Resolução nº 182, de 18/08/2011, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 415, de 29 de setembro de 2011.](#)

Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS".

Fonte: CNI

Transporte

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 408, de 29 de setembro de 2011.](#)

Comunica decisão de vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7.191, de 2002 (nº 17/02 no Senado Federal), que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438".

Fonte: CNI

Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

[Resolução 129, de 29 de junho de 2011](#)

“Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.572, de 28 de setembro de 2011](#)

“Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde”.

Fonte: CNI

Atos do Congresso Nacional

[Decreto Legislativo 297, de 2011\(*\)](#)

“Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura”. (*) O texto do Tratado Internacional acima citado está publicado no DSF de 02.07.2011.

Fonte: CNI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Gabinete do Ministro

[Portaria 373, de 1º de junho de 2011\(*\)](#)

“Altera o Regimento Interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio”. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 105, de 2-6-2011, Seção 1, págs. 31e 32, com incorreção no original.

Fonte: CNI

Política Social

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 417, de 29 de setembro de 2011.](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e dá outras providências".

Fonte: CNI

Educação

Ministério da Educação - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

[Portaria 387, de 23 de setembro de 2011](#)

Autoriza os Cursos Superiores de Tecnologia, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Fonte: CNI

Atos do Poder Legislativo

[Lei 12.499, de 29 de setembro de 2011](#)

"Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências".

Fonte: CNI

Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Conselho Deliberativo[Resolução 51, de 29 de setembro de 2011](#)

“Estabelece os critérios e os procedimentos para a participação das Instituições de Ensino Superior - IES na implementação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação”.

Fonte: CNI

Ministério da Educação - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior[Portaria 403, de 22 de setembro de 2011](#)

Autoriza os cursos superiores de graduação, conforme planilha, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto no 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Fonte: CNI

Relações do Trabalho**Ministério do Trabalho e Emprego - Gabinete do Ministro**[Portaria 1.979, de 30 de setembro de 2011](#)

Altera o prazo para o início da utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto - REP, previsto no art. 31 da Portaria No 1.510, de 21 de agosto de 2009, de modo improrrogável para o dia 1o de janeiro de 2012.

Fonte: CNI

Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Inspeção do Trabalho[Portaria 275, de 26 de setembro de 2011](#)

“Constitui o Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.571, de 28 de setembro de 2011](#)

“Excepciona a aplicação do intervalo de movimentação e aumenta o limite do valor de saque de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, estabelecidos no art. 4º do Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, para os atingidos por desastres naturais no Estado de Santa Catarina”.

Fonte: CNI

Ministério da Previdência Social - Instituto Nacional do Seguro Social

[Resolução 154, de 28 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a antecipação do pagamento do valor correspondente a uma renda mensal do benefício de prestação continuada, previdenciário ou assistencial, no caso de calamidade pública, decorrente de desastres naturais reconhecidos pelo Governo Federal”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 413, de 29 de setembro de 2011.](#)

Solicita ao Congresso Nacional que seja atribuído o regime de urgência, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 1.992, de 2007, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 664, de 2007.

Fonte: CNI

Ministério do Trabalho e Emprego - Gabinete do Ministro

[Portaria 1.959, de 29 de setembro 2011](#)

“Acrescenta dispositivo à Portaria nº 1.621, de 14 de julho de 2010, que aprovou modelos de Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho e Termos de Homologação”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Advocacia-Geral Da União - Procuradoria-Geral Federal

[Portaria 815, de 28 de setembro de 2011](#)

“Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 435, de 08 de setembro de 2011, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

[Resolução 676, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera a Resolução nº 319, de 29 de abril de 2003, que instituiu a linha de crédito especial denominada PROGER Turismo, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano”.

Fonte: CNI

[Resolução 679, de 29 de setembro de 2011](#)

“Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego”.

Fonte: CNI

Tributos

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.570, de 26 de setembro de 2011](#)

“Altera o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de

Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – CIDE”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.195, de 26 de setembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 1º de outubro de 2010, que dispõe sobre o controle aduaneiro informatizado da movimentação e Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.573, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera o limite de que trata o § 7º do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para fins de arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo da obrigação tributária”.

Fonte: CNI

[Decreto 7.574, de 29 de setembro de 2011](#)

“Regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 72, de 28 de setembro de 2011](#)

“Divulga a Agenda Tributária do mês de outubro de 2011”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda – Banco Central do Brasil

[Resolução 4.018, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera a Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre os acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional”.

Fonte: CNI

[Resolução 4.019, de 29 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional”.

Fonte: CNI

[Resolução 4.020, de 29 de setembro de 2011](#)

“Altera a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito”.

Fonte: CNI

[Resolução 4.021, de 29 de setembro de 2011](#)

“Disciplina a cobrança de tarifas pela prestação de serviços vinculados a operações de câmbio manual para compra ou venda de moeda estrangeira relacionada a viagens internacionais e institui a obrigatoriedade de informação do Valor Efetivo Total (VET) nas operações da espécie”.

Fonte: CNI

Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.197, de 30 de setembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.171, de 7 de julho de 2011, que estabelece procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e propositura de medida cautelar fiscal”.

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.198, de 30 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto e seus derivados, nos casos em que especifica”.

Fonte: CNI

[Portaria 3.518, de 30 de setembro de 2011](#)

“Estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Secretaria de Comércio e Serviços - Departamento Nacional de Registro do Comércio

[Instrução Normativa 115, de 30 de setembro de 2011](#)

“Dispõe sobre os atos sujeitos à comprovação de quitação de tributos e contribuições sociais federais para fins de arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins”.

Fonte: CNI

Impostos

Subsecretaria de Tributação e Contencioso - Coordenação-Geral de Tributação

[Ato Declaratório Executivo 26, de 22 de setembro de 2011](#)

“Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de outubro de 2011”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

Nº 37- ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 03 de outubro de 2011

[Instrução Normativa 1.196, de 27 de setembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas nas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas doações aos Fundos do Idoso, nos investimentos e patrocínios em obras audiovisuais, nas doações e patrocínios de projetos culturais, nas doações e patrocínios em projetos desportivos e paradesportivos e na contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre a remuneração do empregado doméstico”.

Fonte: CNI

Taxas

Ministério da Fazenda - Banco Central do Brasil

[Resolução 4.012, de 29 de setembro de 2011](#)

“Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2011”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 73, de 30 de setembro de 2011](#)

“Divulga a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mensal, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, aplicável aos parcelamentos que especifica”.

Fonte: CNI

Diário Oficial Estadual

Meio Ambiente

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

[Resolução Nº 020/2011](#)

Estabelece os percentuais provisórios municipais de Fator Ambiental 2011/2012.

Fonte: DOE 23.09.2011

[Resolução Nº 28/2011](#)

Estabelece os percentuais definitivos municipais de Fator Ambiental 2011/2012.

Fonte: DOE 23.09.2011

Instituto Ambiental do Paraná

[Portaria Nº 195, de 22 de setembro de 2011](#)

Estabelece os procedimentos administrativos para o Manejo da Bracatinga (*Mimosa scabrella*) na Região de ocorrência da espécie no Estado do Paraná.

Fonte: DOE 27.09.2011

[Portaria Nº 196, de 22 de setembro de 2011](#)

Disciplina a venda, doação e transferência de mudas e sementes florestais nativas dos viveiros do IAP.

Fonte: DOE 27.09.2011

Política Social

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.845](#)

Institui o Programa Morar Bem Paraná no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Fonte: DOE 28.09.2011

Poder Legislativo

[Lei n.º 16.912, de 26 de setembro de 2011](#)

Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o território do Estado e dá outras providências.

Fonte: DOE 27.09.2011

Relações do Trabalho

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.821](#)

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de definir Plano de Trabalho de enfrentamento da substituição da mão de obra dos trabalhadores rurais em função da mecanização do setor sucroalcooleiro e dá outras providências.

Fonte: DOE 27.09.2011

Tributos

Impostos

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.803](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 21 de dezembro de 2007, nas saídas de açúcar e álcool promovidas por estabelecimento de produtor pessoa jurídica à cooperativa de que faça parte, na base de cálculo é reduzida nas operações internas com o produto SOBRECHASSI, entre outras.

Fonte: DOE 27.09.2011

[Decreto Nº 2.804](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 21 de dezembro de 2007, nas saídas de ARROZ adquirido de produtor paranaense inscrito no CAD/PRO, promovidas por estabelecimento cerealista com débito do imposto.

Fonte: DOE 27.09.2011